



## **CURRÍCULO INTEGRADO: POSSIBILIDADES DE RECONHECIMENTO E SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Rose Márcia da Silva; Ilma Ferreira Machado; Amanda Pereira da Silva Azinari; Ivonei  
Andrioni.

*Universidade do Estado de Mato Grosso/ IFMT – Campus Sorriso, rose.marcia@oi.com.br*

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo analisar como a temática relações de gênero está contemplada nas diretrizes curriculares e no Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica, análise da legislação curricular e análise do Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFMT) e o Projeto Pedagógico do Curso. Embora a temática relações de gênero esteja presente nos documentos legais, oficiais e institucionais, como parte integrante da política de direitos humanos e da diversidade, é preciso que o currículo seja construído/efetivado com a participação todas/os sujeit@s do processo.  
Palavra-chave: Currículo Integrado, Relações de Gênero, Ensino Médio, Educação Profissional.

### **INTRODUÇÃO**

A temática relativa à questão das desigualdades nas relações de gênero tem sido reafirmada nas conferências internacionais organizadas pela ONU, tendo como uma das metas e compromisso, eliminar todos os estereótipos de gênero das práticas, matérias, materiais, currículos e instalações educacionais.

O objetivo do presente trabalho é analisar como essa temática está contemplada no currículo do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) *Campus Sorriso*, com base na legislação, nas diretrizes/parâmetros e orientações curriculares nacionais e estadual e nos documentos oficiais e institucionais.

O texto busca contextualizar legalmente a inserção da temática das relações de gênero no currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com base na análise da legislação, dos pareceres/diretrizes curriculares nacionais da educação básica, ensino médio e da educação profissional de nível médio, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso sobre a



diversidade, do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Posteriormente faz uma análise de como a temática da diversidade e das relações de gênero estão contempladas no Projeto Pedagógico Institucional do IFMT e no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT Campus Sorriso.

A análise nos permite observar que a inserção da temática encontra-se em um processo de construção. As relações de gênero estão presentes nos documentos legais, oficiais e institucionais, como parte integrante da política de direitos humanos e da diversidade, mas para se concretize como direito e dever inerente à educação é necessário que as/os sujeit@s do processo façam parte na construção/efetivação do currículo.

## **METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo teve por base a realização de pesquisa bibliográfica a cerca da temática das relações de gênero e da concepção de currículo, de análise da legislação, dos pareceres/diretrizes curriculares nacionais da educação básica, ensino médio e da educação profissional de nível médio, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso sobre a diversidade, do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres e de análise do Projeto Pedagógico Institucional do IFMT e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, com a finalidade de identificar a concepção de currículo e como a temática da diversidade e relações de gênero está contemplada.

O IFMT *Campus* Sorriso está localizado na região norte do Mato Grosso, na microrregião do Alto Teles Pires. É considerado a “Capital Nacional do Agronegócio”, mas tem ganho espaço também agricultura familiar, com 5996 famílias em 39 assentamentos da reforma agrária, e 3.615 produtores tradicionais.

Segundo dados do site IBGE cidades<sup>1</sup>, o município de Sorriso tem uma população estimada em 2014 de 77. 735 habitantes, sendo 32.554 mulheres (41,5%). Dessas 6.114 têm ente 10 e 19 anos (idade escolar).



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

O IFMT Campus Sorriso foi criado em 2012 e implantou sua primeira turma do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em 2015, com 70 vagas preenchidas através de processo seletivo.

Em análise dos dados obtidos na Secretaria Geral de Documentação Escolar do IFMT Campus Sorriso, constatamos que metade das matrículas foi efetivada por estudantes do sexo feminino, fato que chama a atenção, pois conforme dados do IBGE (2012) a inserção feminina no setor agropecuário é de apenas 13,2% da população economicamente ativa, reforçando a cultura econômica centrada no poder masculino.

Conforme informações contidas nos requerimentos de matrícula, 03 das alunas matriculadas são do campo e 03 vieram de outros municípios, o que representa um percentual de 17,1% que residem fora da área urbana do município de Sorriso.

O acesso de 34,3% dessas adolescentes foi pela política de cotas de escola pública, sendo dessas 17,1% para as vagas reservadas para Pretos, Pardos e Indígenas e 20% com renda inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa da família. Das 07 vagas destinadas às cotas de pretos, pardos e indígenas, 06 foram ocupadas por estudantes mulheres.

Um fato a ser debatido, pois há equidade de entrada, se considerarmos o acesso geral, mas quando a diversidade de gênero é associada à questão da diversidade social ou racial esses números alteram-se consideravelmente. O que Rosemberg (2006) questiona no sentido de como alcançar a meta de democratização da educação da ótica das relações de gênero, mantendo hierarquias de gênero, raça e classe tão excludente? E afirma que “o sistema educacional brasileiro [...] apresenta igualdade de oportunidades para os sexos no tocante ao acesso e permanência no sistema, ostenta intensa desigualdade associada ao pertencimento racial e à origem econômica.

Assim, um dos grandes desafios que se apresenta à educação é criar um espaço democrático no currículo para que se torne possível desvelar essa lógica de exclusão social, econômica e de gênero e propor possibilidades de superação.

---

1 IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**.  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510792&search=mato-grosso|sorriso>





### **A Política Curricular da Diversidade e Gênero: Contextualização Legal**

As abordagens de constituição humana foram introduzidas aos currículos, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/1996 reafirmou esse direito e incluiu como temas transversais nos currículos escolares, os conteúdos relativos aos direitos humanos e a prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.

A culminância da temática das relações de gênero e sexualidade no currículo escolar aconteceu em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)<sup>2</sup>, quando a temática de relações de gênero, um dos blocos ou eixos norteadores da “Orientação Sexual” passou a constar de maneira oficial nos currículos escolares, sendo preconizada como um Tema Transversal, ou seja, um tema que deve ser abordado por todas as disciplinas de forma integrada, mas sem um formato específico.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos<sup>3</sup> é a de:

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas. (BRASIL, 2007, p. 33)

A questão de gênero é tratada, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2010)<sup>4</sup> vinculando-a com as questões inerentes à realidade do/a estudante e compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular, devendo integrar o projeto pedagógico da escola.

Com relação ao Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012)<sup>5</sup> afirmam ser preciso que a escola pública construa propostas pedagógicas sobre uma base unitária, com qualidade social, em que a formação humana

---

2 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

3 Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 76 p.

4 BRASIL. **Resolução CNE/CEB 4/2010**. Diário Oficial da União, Brasília, 14/07/2010, Seção 1, p. 824.

5 BRASIL. **Resolução CNE/CEB 2/2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.



seja considerada de maneira integrada na organização curricular, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura e reconheça e aceite a diversidade e a realidade concreta da/os sujeit@s do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes.

A temática da diversidade e das questões de gênero é tratada no sentido de:

Educar para os direitos humanos, como parte do direito à educação, significa fomentar processos que contribuam para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, crença religiosa, orientação sexual e opção política, ou qualquer outra diferença, combatendo e eliminando toda forma de discriminação. (BRASIL, 2012, p.23)

Conforme consta nas diretrizes, na concepção e implementação do projeto político-pedagógico escolar, deve haver o reconhecimento das/os sujeitas/os e suas diversidades, e as/os estudantes e as/os professoras/es serem consideradas/os como sujeit@s históricas/os e de direitos, participantes ativas/os e protagonistas na sua diversidade e singularidade. Pontuam entre os princípios a serem observados: o reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira, a valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, sob todas as formas.

Recentemente as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Médio (2012)<sup>6</sup> definem e orientam para que seja observado no planejamento, estruturação e organização dos cursos e currículos, entre outros critérios o reconhecimento das diversidades das/os sujeitas/os e reconhecimento das identidades de gênero.

As questões de gênero são colocadas como objetivos a serem atingidos na equidade na distribuição de renda e a superação das desigualdades, e a diminuição das diferenças sociais, com participação e organização das comunidades.

---

6 BRASIL. **Resolução CNE/CEB 6/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.





O Plano Nacional de Políticas para Mulheres/2013-2015<sup>7</sup> propõe contribuir para redução da desigualdade de gênero e com o enfrentamento do preconceito e da discriminação da identidade de gênero por meio de formação de gestoras/es, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino e eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios, promovendo a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos.

No Estado de Mato Grosso o documento das Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais<sup>8</sup> (2010, p. 31) ressalta que “inegavelmente o currículo legitima conhecimentos e favorece a construção de determinadas identidades em detrimento de outras, dentre elas as de gênero e sexualidade. Assim, as desigualdades nas relações de gênero [...] são reproduzidas nas escolas.”

Conforme consta no referido documento, a inclusão das relações gênero no currículo pode contribuir para que a escola desperte a reflexão e criticidade para que as desigualdades entre homens e mulheres sejam reconhecidas pelas/os envolvidas/os.

### **As relações de gênero no Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT *Campus Sorriso***

Para que o currículo seja entendido em suas particularidades, foi realizada análise do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT *Campus Sorriso*<sup>9</sup>.

Por ser tratar de um curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, que contempla tanto a formação geral quanto a específica, há que se considerar as

---

7 Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.

8 Mato Grosso. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**./ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010.

9 IFMT CAMPUS SORRISO. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio** – IFMT Campus Sorriso. Sorriso: IFMT, 2015.



implicações da política curricular do sistema educativo no conhecimento, cultura e trabalho de suas/seus estudantes e comunidade.

A compreensão do IFMT, presente no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)<sup>10</sup> é de que a inclusão é um valor, por isso “a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades”, o que demanda que o currículo seja “atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade”.

O respeito à diversidade é citado no projeto como uma forma de garantir que a cidadania seja exercida, os vínculos sociais fortalecidos, o que marca a atitude política da instituição para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, opção sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade.

Na escola [...] a diversidade está, intrinsecamente, ligada ao currículo, uma vez que o processo educativo envolve aspectos diversos (étnicos, culturais, raciais, religiosos, políticos, territoriais, socioeconômicos, físicos e comportamentais, dentre outros) que interferem, diretamente, na formação humana. (IFMT, 2014, p. 55)

A diversidade está presente como um dos princípios fundamentais da concepção do currículo integrado, o que possibilita à comunidade escolar um aprendizado além dos conteúdos escolares e do currículo oficial, pois permite aprender a conviver com as diferenças inerentes ao próprio ser humano, com as possibilidades e as limitações, os interesses e as necessidades, num movimento de interação em que prevalece a heterogeneidade.

A relação da diversidade com o currículo dependerá, segundo o documento, principalmente, da concepção de educação e do olhar sensível de educadores na busca de um sistema educacional inclusivo, democrático e aberto à diversidade, a ser implementado no cotidiano educativo.

É explicitado no PPI que a instituição segue os princípios expostos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, quanto à estruturação da diversidade

---

10 IFMT, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. **Projeto Pedagógico Institucional**. Mato Grosso: IFMT, 2014.



cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e sucesso e a equidade de gênero, dentre outras.

Nesse sentido entende a diversidade como uma necessidade humana básica e também como um direito, o que requer uma

[...] educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (IFMT, 2014, p.47).

No que se refere à organização curricular o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio – IFMT Campus Sorriso, as questões de gênero são tratadas como um tema dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos e “são trabalhadas no currículo, integradas às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, no formato de atividades complementares (debate, palestra, mesas temáticas, entre outros)”.

O atendimento às questões da diversidade e gênero no cotidiano institucional acontece por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que tem como objetivo principal:

[...] criar na instituição a cultura da “educação para convivência” e respeito à diversidade [...] desenvolver ações relacionadas ao atendimento dos diferentes segmentos excluídos e marginalizados, garantindo aos estudantes o acesso ao ensino, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados, bem como a sua preparação para o mundo do trabalho. (PPC, 2015)

A organização curricular tem como princípios norteadores dois eixos essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, orientados pelo eixo estruturante do trabalho como princípio educativo e pela integração das dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, visando uma educação emancipadora e a superação das desigualdades de classe, gênero, raça e outras diferenças.

### **Uma discussão teórica sobre o currículo e a diversidade/ relações de gênero**

Segundo Frigotto (2005) os processos educacionais, constituintes de práticas sociais mediadoras formadoras e não neutras s podem se constituir em instrumentos de





promoção de uma nova sociedade, “fundada nos valores da igualdade, da solidariedade e da generosidade humana, colocando a ciência e a técnica e os processos educacionais a serviço da dilatação da vida para todos os seres humanos”. (p.24).

Machado (2010) afirma que o currículo orienta as ações da escola, partindo dos valores e normas, passando pela metodologia/organização dos conteúdos/disciplinas, percorrendo a distribuição do tempo/espço e culminando na definição dos fins sociais e culturais da educação, bem como na organização de instrumentos e elementos para sua concretização.

Segundo Sacristán (2000) precisamos questionar a quem ou quais grupos o currículo beneficia ou prejudica, fazer perguntas fundamentais para que o currículo seja compreendido e como as resistências ao currículo são formadas.

Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesse e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento [...] reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade [...] é o campo de operações de diferentes forças sociais, grupos profissionais, filosofias, perspectivas pretensamente científicas (SACRISTÁN, 2000, p. 17).

A perspectiva intercultural, defendida por Marín (2003), permite o diálogo e negociação entre pessoas de culturas diferentes, baseada no princípio fundamental da igualdade de condições. Nesse sentido Arroyo (2014) diz que as novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio/CNE apresentam um grande avanço reconhecendo estudantes e professoras/es como sujeit@s históricas/os da ação educativa e agentes da transformação de suas escolas e de suas comunidades.

Segundo Arroyo (2014), as/os professoras/es são “outras/os”, as/os jovens estudantes são “outras/os”, de outras origens sociais, raciais, étnicas, dos campos, da periferia, mulheres, trabalhadoras/es, que chegam às escolas à procura de conhecimento de si e do mundo, trazendo consigo suas experiências de vida e de sobrevivência, de luta por direitos ao trabalho, à moradia, a um viver digno e justo. Mestres e estudantes têm direito a se saber, ter suas experiências sociais vividas como coletivos interpretadas, suas indagações aprofundadas nos conhecimentos curriculares do Ensino Médio.

Arroyo (2014) destaca ainda que apesar das Diretrizes Curriculares enfatizarem conceitos universalistas como direito, conhecimento, ciência, cultura, formação



humana, eles não são construídos tendo como referentes as/os “outras/os” - povos, etnias, raças, territórios, gêneros, pertencentes a coletivos populares, trabalhadoras/es, camponesas/es, pobres, das periferias urbanas.

Os marcos legitimadores contidos nas políticas oficiais dos currículos, segundo Arroyo (2014), são os mesmos pelos quais lutam os setores populares, as/os trabalhadoras/es e seus adolescentes e jovens: a garantia a todas/os do direito à cidadania, à justiça, à igualdade e à humanidade.

Ao que Apple (2006) afirma que:

[...] é muito estranha a noção de que toda a ação que vise melhoria parcial seja uma espécie de suborno inconsciente pago pelos reformistas liberais às mulheres, aos negros, aos trabalhadores e aos outros – algo que os impede de pressionar por mudanças mais radicais. (APPLE, 2006, p.216).

Isso significaria, segundo o autor, perder a oportunidade de educar politicamente e de testar as teorias na prática, sendo as lutas pela melhoria das condições do cotidiano de nossa economia e as instituições culturais fundamentais para que um modelo crítico possa ser sentido mais profundamente.

Ao que Machado (.2010) entende que “não há como subtrair a discussão sobre diversidade da questão político-social mais ampla, bem como das relações entre capital e trabalho”, pois essas marcam as relações entre as/os sujeit@s.

Dada a centralidade do trabalho nos processos de formação humana e de segregação social, racial, de gênero, de geração e a entrada precoce no mundo do trabalho precarizado, Arroyo (2014) considera que o trabalho deve ser o eixo estruturante do currículo.

A relação trabalho e educação é tida, no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT *Campus* Sorriso, como ferramenta de emancipação das classes trabalhadoras.

Para Picchio (2012), o objetivo das políticas de igualdade e oportunidade gênero é fazer com que se modifiquem as condições de trabalho para que aumente para as mulheres a educação e a realização de trabalhos remunerados.

Marques (2006, p. 221) afirma, que o sentido do trabalho, especialmente tratando da questão de gênero, deve articular a vida escolar à vida social, a fim de compreender os problemas ou questões contemporâneas – “inclusive a questão dos



gêneros no espaço-tempo doméstico, da produção, da cidadania e do mundo em condições atuais, como processos sociais contraditórios produzidos historicamente”.

## CONCLUSÕES

A questão das relações de gênero está contemplada na legislação, nas diretrizes, nos documentos oficiais de política curricular no universo da discussão sobre a diversidade.

No Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT Campus Sorriso a discussão da temática está incluída na questão da diversidade e dos direitos humanos e o Projeto Pedagógico Institucional trata de forma mais ampla, como forma de redução das desigualdades.

O grande desafio é: na construção do currículo identificar as orientações, os parâmetros, as concepções das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e do Ensino Médio, mas também avançar no exame crítico da juventude concreta, suas especificidades sociais, sexual, étnica, racial, das periferias, dos campos, trabalhadoras/es e pensar com elas/eles a efetivação desse currículo, dessa escola que acolhe respeita e considera a realidade das/dos estudantes, centra-se na igualdade real de condições e relação homem/mulher, feminino/masculino, como seres históricos e interdependentes.

Um currículo integrado de educação geral e profissional, uma escola de formação unitária, omnilateral, que tem o trabalho como princípio educativo e que conceba o ser humano como sujeito capaz de transformar o mundo pelo trabalho, pode ser uma possibilidade de superação e de reconhecimento dessas diferenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPEL, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinicius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. Repensar o Ensino Médio. Por quê? Os jovens, seu direito a se saber e o Currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO Paulo; MAIA, Carla L.





**Juventude e ensino médio:** sujeitos e currículos em diálogo.(org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MACHADO. Ilma Ferreira. **Organização do Trabalho Pedagógico em Uma escola do MST e a perspectiva de Formação Omnilateral**. Campinas: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Educação do campo e diversidade**. Florianópolis: Perspectiva. v. 28, n. 1, 141-156, jan./jun. 2010,

MARÍN, José. Dimensão Histórica da Perspectiva Intercultural, Educação, Estado e Sociedade. In: **Revista Grifos: Dossiê Educação Intercultural**. Telmo Marcon (org.). n. 15, maio 2003. Chapecó, SC : Argos Editora, p. 69-88.

MARQUES, Mara Rúbia A. Imagens Femininas e Masculinas no Livro Didático: subsídios para um debate teórico metodológico. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia. (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 10)

MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia. (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 10)

PICCHIO, Antonella. A economia e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. (Org.) **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia. (orgs). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. 510 p. – (Coleção Educação para Todos; v. 10)

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução por Ernani F. da F. Rosa. 3. Ed., Porto Alegre: Artmed, 2000.